



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

<b>COMISSÃO ESPECIAL - PL 8046/10 - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL</b>		
<b>EVENTO:</b> Reunião Ordinária	<b>Nº:</b> 1314/11	<b>DATA:</b> 31/08/2011
<b>INÍCIO:</b> 15h01min	<b>TÉRMINO:</b> 16h05min	<b>DURAÇÃO:</b> 01h06min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 01h06min	<b>PÁGINAS:</b> 23	<b>QUARTOS:</b> 13

<b>DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO</b>

<b>SUMÁRIO:</b> Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.
---

<b>OBSERVAÇÕES</b>
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miro Teixeira) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos regimentais, para eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, do Senado Federal, que trata do Código de Processo Civil.

Informo que a Presidência dos trabalhos coube a mim, nos termos do art. 39, § 4º, do Regimento Interno.

Esclareço que a Comissão foi instalada no dia 18 do corrente, em ato solene do Presidente desta Casa, Deputado Marco Maia, realizado no Salão Nobre, às 11h, quando foram nomeados os Deputados integrantes da Comissão Especial.

Peço que conste da ata a relação dos que estiveram presentes naquela solenidade e peço a autorização para não lê-la, tendo em vista que daqui a pouco começará a Ordem do Dia no plenário.

Informo que foram recebidos os seguintes ofícios relativos à composição da Comissão: da Liderança do PSDB, indicando o Deputado Rui Palmeira, do PSDB de Alagoas, para integrar a Comissão, como titular, e o Deputado Alfredo Kaefer, do PSDB do Paraná, para integrar a Comissão, como suplente; da Liderança do PT, indicando o Deputado Sérgio Barradas Carneiro para integrar a Comissão, como titular, e o Deputado João Paulo Cunha, na condição de suplente; da Liderança do PMDB, indicando o Deputado Danilo Forte, do PMDB do Ceará, para integrar a Comissão, como suplente.

Esclareço aos Srs. Parlamentares as regras que nortearão os trabalhos neste processo eleitoral.

A eleição será processada por meio de cédulas, em escrutínio secreto, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão, 14 Deputados.

Será eleito, em primeiro escrutínio, o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos entre o total de votantes e, em segundo escrutínio, o Deputado que obtiver a maioria simples de votos entre o total de votantes. Presumo que, na existência de chapa única, já possamos partir para maioria simples, se não houver divergência entre os Srs. Deputados.

Peço aos Srs. Deputados que permaneçam no recinto até que se conclua o processo de votação.



Sobre o registro de candidaturas, declaro que a Mesa recebeu e considera registradas as seguintes candidaturas: para o cargo de Presidente, a do Deputado Fabio Trad, do PMDB, do Mato Grosso do Sul; para os cargos de Vice-Presidentes, a do Deputado Miro Teixeira, que vos fala, para a 1ª Vice-Presidência, a do Deputado Vicente Arruda, para a 2ª Vice-Presidência e a da Deputada Sandra Rosado, para a 3ª Vice-Presidência.

Vamos passar à votação.

Eu esclareço que consultei a assessoria, porque fui surpreendido hoje com a minha indicação para a 1ª Vice-Presidência, e não há embaraço regimental para que eu presida esta reunião, especialmente porque temos chapa única.

Em segundo lugar, respondendo ao Deputado Esperidião Amin, esse mineiro que vem desde 1824 fazendo Constituições disse que ninguém sabe quem será eleito. *(Risos.)*

Vamos passar a chamar os Srs. Deputados para assinar a folha de votação, que se encontra sobre a mesa.

De posse da sobrecarta, os Deputados e as Deputadas deverão dirigir-se à cabine de votação, onde se encontram a cédula impressa com os nomes dos candidatos — chapa completa, resultante de acordo partidário — e também cédulas em branco.

Deverá ser depositada na urna uma única sobrecarta, contendo a cédula selecionada.

Convido o Deputado Bonifácio de Andrada para auxiliar a Presidência durante o processo de votação.

Peço ao Deputado Paes Landim que faça a chamada nominal dos membros titulares e, em seguida, dos suplentes, até que se complete o número de vagas das bancadas.

Vamos ao processo de votação.

*(Processo de votação.)*

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - PT:**

Deputado Gabriel Guimarães.

Deputado José Mentor.

Deputado Ricardo Berzoini.



Deputado Sérgio Barradas Carneiro.

PMDB:

Deputado Arthur Oliveira Maia.

Deputado Eduardo Cunha.

Deputado Fabio Trad.

Deputado Marçal Filho.

PSDB:

Deputado Bonifácio de Andrada.

Deputado Bruno Araújo.

Deputado Rui Palmeira.

PP:

Deputado Esperidião Amin.

Deputado Jerônimo Goergen.

*(Pausa.)*

DEM:

Deputado Efraim Filho.

Deputado Felipe Maia.

*(Pausa.)*

PR:

Deputado Ronaldo Fonseca.

Deputado Vicente Arruda.

*(Pausa.)*

PSB:

Deputada Sandra Rosado.

Deputado Valtenir Pereira.

*(Pausa.)*

PDT:

Deputado Miro Teixeira.

Bloco Parlamentar PV/PPS:

Deputado Sarney Filho.

PTB:

Deputado Paes Landim. Já está o meu aqui.



Vota, Vicente. Eu voto por último. Vota, Vicente.

PSC:

Deputado Hugo Leal.

PCdoB:

Deputado Delegado Protógenes.

PRB:

Deputado Márcio Marinho.

PHS:

Deputado Felipe Bornier.

Deputado Paes Landim. Vou votar antes de V.Exa.

*(Pausa.)*

Faltaram 3 suplentes do PT:

Deputado Francisco Praciano.

Deputado Odair Cunha.

Deputado Padre João. *(Pausa.)*

PSDB:

O Deputado Rui Palmeira não veio.

**O SR. DEPUTADO RUI PALMEIRA** - Estou aqui, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** - Então, por favor. *(Pausa.)*

PSB:

Deputada Sandra Rosado. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Valtenir Pereira. *(Pausa.)* Ausente.

Suplentes:

Deputado Edson Silva. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Gonzaga Patriota. *(Pausa.)* Ausente.

Não vieram os suplentes também.

Pelo PMDB, o Deputado Marçal Filho não votou. *(Pausa.)*

Suplentes: Deputado Danilo Forte. *(Pausa.)*

Deputado Benjamin Maranhão.

Deputado Júnior Coimbra.

Deputado Lelo Coimbra. *(Pausa.)*

PCdoB:



O Deputado Delegado Protógenes não veio. Não tem suplente o PCdoB.

O Deputado Márcio Marinho também não veio. O seu suplente é o Deputado Antonio Bulhões. *(Pausa.)*

PHS:

Deputado Felipe Bornier, titular.

Deputado José Humberto, suplente. *(Pausa.)* Ah, Deputado Felipe Bornier.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miro Teixeira) - O PMDB está completo.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** - O PMDB não falha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miro Teixeira) - Alguém do PT, titular ou suplente, deixou de votar?

O PT ainda tem direito a um voto.

Nós já temos número. Ainda faltam votar os Deputados do PSB. Porém, daqui a pouco pode começar a Ordem do Dia. Eu penso que é do interesse dos trabalhos que declaremos encerrada esta votação.

O Deputado José Mentor ainda pode votar. O PT tem direito a um voto, ainda.

Do PMDB votaram todos; o PMDB está completo.

**(Não identificado)** - E o PP?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miro Teixeira) - Em relação ao PP, há controvérsias.

Está encerrada a votação.

Passemos à apuração.

Eu peço que o Deputado Sarney Filho colabore com a apuração dos votos e que o Deputado Paes Landim, que já está perto da urna, também proceda a todos os atos necessários à contagem das cédulas.

Se não houver oposição da Comissão, ao final da apuração declararemos eleito o Presidente, que presidirá o restante da reunião, declarando, então, eleitos ou não os Vice-Presidentes. A partir daí, os atos serão do Presidente que elegeremos.

O número de sobrecartas confere com o número de assinaturas: 22 assinaturas, 22 sobrecartas.

Passemos à apuração.

*(Processo de apuração.)*

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Chapa completa.



Segundo voto: em branco.

Um voto em branco.

Um voto para a chapa completa.

Terceiro voto, chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Sr. Presidente, há 2 votos nesta chapa. Vale um voto? Conta um só. Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Chapa completa.

Vinte e um votos na chapa completa e um em branco, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miro Teixeira) - Eu declaro eleito Presidente da Comissão o Deputado Fabio Trad.

Peço que S.Exa. assuma a presidência dos trabalhos e pratique os atos seguintes. Parabéns! (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Declaro eleitos e empossados o 1º Vice-Presidente, Deputado Miro Teixeira; o 2º Vice-Presidente, Deputado Vicente Arruda; e a 3ª Vice-Presidente, Deputada Sandra Rosado.

Convido os Deputados Miro Teixeira, Vicente Arruda e Sandra Rosado para assumirem respectivamente a 1ª a 2ª e a 3ª Vice-Presidências da Comissão.

Cabe a mim fazer algumas manifestações a respeito da eleição.

Eu aproveito a oportunidade para, em primeiro lugar, agradecer a confiança depositada em minha pessoa pelos colegas membros da Comissão e espero sinceramente corresponder às expectativas de todos, assim como também às da sociedade, fazendo um trabalho à altura da importância, da envergadura da nossa missão: elaborar um novo Código de Processo Civil brasileiro.

Eu gostaria, rapidamente, de fazer um breve histórico do procedimento legislativo de que resultou o projeto que, agora, vindo do Senado, será trabalhado pela Câmara dos Deputados.

Em 30 de setembro de 2009, uma comissão de notáveis juristas, presidida pelo então Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luiz Fux foi incumbida, através de ato do Presidente do Senado, José Sarney, de elaborar anteprojeto de lei visando a instituir um novo Código de Processo Civil.

A comissão de juristas foi assim composta: Presidente, Ministro Luiz Fux; Relatora-Geral, Profa. Teresa Arruda Alvim Wambier; demais membros, Adroaldo Furtado Fabrício, Benedito Cerezzo Pereira Filho, Bruno Dantas, Elpídio Donizete Nunes, Humberto Theodoro Júnior, Jansen Fialho de Almeida, José Miguel Garcia Medina, José Roberto dos Santos Bedaque, Marcus Vinícius Furtado Coelho e Paulo Cezar Pinheiro Carneiro.

Elaborado o anteprojeto, o texto foi encaminhado ao Senado, transformando-se no Projeto de Lei nº 166, de 2010, subscrito pelo Presidente do Senado, José Sarney.

Na tramitação legislativa no Senado, por força regimental, constituiu-se Comissão Especial de 11 Senadores para analisar e discutir o projeto. Sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, a Comissão contou com a Relatoria do Senador Valter Pereira e, como membros, os Senadores Acir Gurgacz, Almeida





Lima, Antônio Carlos Magalhães Júnior, Eduardo Suplicy, Marconi Perillo, Papaléo Paes e Regis Fichtner.

Após 4 meses de tramitação da matéria, o relatório foi concluído e encaminhado ao Plenário do Senado, que o aprovou em dezembro de 2010.

Encaminhada à Câmara dos Deputados, a proposição foi recebida pelo Presidente Marco Maia, que constituiu a Comissão que agora se reúne pela primeira vez.

*“Justiça atrasada não é justiça; senão injustiça qualificada e manifesta.”* Assim Rui Barbosa exaltou um dos valores mais caros à Justiça: a presteza na distribuição do direito. Não a pressa, que rascunha e fragiliza as garantias das partes, mas a racional celeridade, que, aliás, já está prevista na Constituição Federal.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, apenas três em cada dez ações que tramitavam na Justiça Federal em 2010 foram julgadas, o que revela um assustador índice de congestionamento na Justiça brasileira. Em 2009, o índice era de 67%; em 2010, subiu para 70%.

Que a reforma do CPC, o Código de Processo Civil, é urgente não se discute. É urgente por várias razões, que não cabe aqui, nesta manifestação preliminar dos trabalhos da Comissão, detalhar, uma vez que, ao longo da jornada que se inicia, tanto os problemas quanto as perspectivas de solução serão profundamente analisados e debatidos pelos qualificados e valorosos membros que compõem esta Comissão.

O desafio que nos impõe a tarefa de revisar um projeto trabalhado com muita proficiência no Senado transcende a necessidade de criar mecanismos para acelerar ou abreviar o rito procedimental do Processo Civil, remetendo-nos a uma missão maior: a de constitucionalizar o Código de Processo Civil, dando-lhe feição compatível com os valores, os princípios e as garantias inscritas na Carta Magna.

Aberta à sociedade, tanto às entidades vinculadas ao mundo do Direito quanto às que indiretamente dialogam com a repercussão jurídica dos efeitos da reforma, a Comissão atuará de forma democrática, renovando e ampliando os debates travados no Senado e reforçando o sentido de transparência que deve permear a atividade pública, neste caso, em especial, porque um código de



processo civil não se legitima senão quando pautado pela participação direta do povo.

Desta forma, convicto de que todos os membros da Comissão assumirão com entusiasmo e galhardia a missão histórica de participar da elaboração do Código de Processo Civil, saúdo a todos, desejando que o nosso trabalho, ao final, corresponda aos anseios da sociedade brasileira, que clama por um diploma legal que garanta celeridade processual, mas efetividade do Direito, e, por fim, absoluta submissão aos mandamentos constitucionais. (*Palmas.*)

Nos termos do art. 205, § 3º, do Regimento Interno, passo à designação das Relatorias.

Designo Relator-Geral o Deputado Sérgio Barradas Carneiro, do PT da Bahia, que convido para compor a Mesa. (*Palmas.*)

Antes de nominar os Relatores Parciais, faço questão de registrar aos membros da Comissão, meus colegas Parlamentares, que procurei contemplar, em respeito à tradição da Casa, os nomes correspondentes à proporcionalidade partidária e à sazonalidade das regiões do País.

Dessa forma, ficará, então, o Deputado Efraim Filho, do DEM da Paraíba, responsável pela Relatoria Parcial da Parte Geral e Princípios Fundamentais do Projeto de Reforma do Código de Processo Civil (*palmas*); o Deputado Jerônimo Goergen, do PP do Rio Grande do Sul, será o responsável pela Relatoria Parcial do Processo de Conhecimento e Cumprimento da Sentença (*palmas*); o Deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB de São Paulo, pela temática Processo de Execução (*palmas*); o Deputado Bonifácio de Andrada, do PSDB de Minas Gerais, pela Relatoria Parcial dos Procedimentos Especiais (*palmas*); e, por fim, o Deputado Hugo Leal, do PSC do Rio de Janeiro, pelo tema Processo nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais e Disposições Finais e Transitórias. (*Palmas.*)

Antes de franquear a palavra aos Parlamentares, chamo a atenção para alguns informes de otimização dos trabalhos da Comissão.

Quanto à tramitação de projeto de código: a apreciação de projeto de código obedece a rito especial, cujo regramento está inserto no Capítulo III do Regimento Interno — arts. 205 a 211.



Quanto aos prazos de emendas: as emendas são apresentadas perante a Comissão Especial pelo prazo de 20 sessões, contado da instalação desta, que ocorreu no dia 18 do corrente. Portanto, a contagem do prazo teve início no dia 19, e o decurso, quinta e última sessão, está previsto para 22 de setembro de 2011.

Quanto ao prazo dos Relatores Parciais: dez sessões, contadas do encerramento do prazo de emendas.

Quanto ao prazo do Relator-Geral: 15 sessões, contadas do encerramento do prazo dos Relatores Parciais.

Quanto à apresentação de requerimentos: de acordo com decisão firmada pela Presidência da Casa, respeitando-se o princípio da colegialidade, há necessidade de se dar publicidade a todas as matérias a serem apreciadas na Comissão. Sendo assim, caso V.Exas. queiram propor a realização de audiências públicas, deverão fazê-lo por meio de requerimento escrito e autenticado, apresentado à Secretaria com antecedência mínima que permita a sua publicação na Ordem do Dia das Comissões.

Quanto às comunicações de reuniões: as comunicações de realização de reunião serão feitas por meio do endereço eletrônico da Comissão para os *e-mails* institucionais dos Parlamentares — gab e dep —, das Lideranças e dos consultores, não mais via papel. Peço que os Srs. Parlamentares orientem os funcionários do gabinete para que estejam atentos a isso, reiterando que as comunicações não mais serão enviadas em papel.

Quanto às reuniões da Comissão, vou submeter ao colegiado, ressaltando que temos disponíveis 3 dias da semana com seus períodos: terças, à tarde; quartas, à tarde; quintas, pela manhã.

Como a maioria da Comissão Especial é composta por membros da Comissão de Constituição e Justiça, seria interessante que fizéssemos as reuniões às quartas, à tarde. Mas que o colegiado assim defina, democraticamente. *(Pausa.)*

Se não houver oposição, eu posso, então...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Só temo ficarmos espremidos pela Ordem do Dia. Talvez fosse bom também colocar, alternativamente, terça, pela manhã.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Conjuntamente, terça, pela manhã, e quarta.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sim, e quarta, senão nós vamos ter prejuízo e vamos ser dificultados pela Ordem do Dia. (*Pausa.*) E há reunião da CCJ terça, à tarde.

**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, eu tenho uma observação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Eu tenho uma observação, não quanto a isso, porque isso V.Exa. resolve. Eu tenho uma observação quanto a prazos, porque evidentemente nós devemos ouvir personalidades relevantes do mundo jurídico, e me parece razoável que nós discutamos — especialmente o Presidente discuta com o Presidente Marco Maia — sobre a prorrogação do prazo de emendas, porque, de repente, nós vamos ouvir aqui uma grande personalidade que trará uma ideia formidável, e o prazo de emendas estará esgotado. É claro que o Relator poderá receber a proposta e apresentar depois como uma emenda do Relator, mas eu acho que atende melhor ao conjunto da Comissão se nós já começássemos a trabalhar com o Presidente Marco Maia a possibilidade de usarmos o Regimento para passarmos essas 20 sessões para 40, por exemplo, porque nós estamos falando do Código de Processo Civil. É um trabalho muito denso, não é um trabalho de homologação pura e simplesmente. É só como sugestão ao Presidente, que a submeterá ou não ao conjunto da Comissão.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** - Sr. Presidente, complementando o que disse o Deputado Miro Teixeira, V.Exa. disse que a Comissão se instalou no dia 18, mas a Comissão está se instalando agora. Oficialmente é hoje a instalação dela, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Não.

**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - É que não há muito... Aí nós vamos entrar em uma discussão... A rigor, nós estamos, hoje, na quarta sessão de 20.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** - Sim.

**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Então, não é algo tão dramático.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** - Sim, mas a Comissão se instalou hoje.



**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Parece-me, tendo em vista o funcionamento da Comissão, isso sim, que a questão de conseguirmos mais prazo nos permitirá convidar pessoas para falar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Nada impede, pelo Regimento, que se apresente um requerimento para aplicar em dobro os prazos regimentais, a fim de que tenhamos tempo. Então eu até sugiro a V.Exa...

**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Essa seria uma saída.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - O Senado quadruplicou o prazo.

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Pois não.

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** - Eu acredito que, havendo a elasticidade que o Deputado Miro sugeriu que se solicitasse à Presidência, nós estaremos também corrigindo um pouco a deficiência das outras três reuniões que não foram realizadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu acho seria importante V.Exa. definir se nós, a exemplo do Senado, vamos constituir também uma comissão de notáveis para fazer um trabalho de assessoramento e acompanhamento. Eu sugeriria que fizéssemos isso e já tomaria a liberdade de sugerir, até em função de otimização e ganho de etapas no conhecimento do projeto que saiu do Senado Federal, que convidássemos o próprio Ministro Luiz Fux para presidir essa comissão, que V.Exa. poderia designar em comum acordo com a Comissão. E seria para que nos assessorasse, não com o intuito de fazer o trabalho, mas de trabalhar em conjunto com os Relatores. Eu acho que seria de bom alvitre para os trabalhos, se V.Exa. assim entendesse e a Comissão acolhesse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Essa ideia já estava sendo ventilada na Comissão por mim mesmo e pelo Deputado Sérgio Barradas, o Relator. Nós temos que marcar uma audiência com Presidente Marco Maia apenas para que ele possa nos garantir condições materiais para que os notáveis juristas tenham condições de permanecer semanalmente em Brasília.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Mas eu acho que devíamos constituir a comissão sem ônus para a Casa. Quem quisesse colaborar que viesse colaborar, mas sem qualquer ônus.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Sim. Nós vamos consultar os nomes disponíveis que têm interesse em participar da comissão de juristas para ver se eles aceitam vir sem que...

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** - Uma sugestão: em vez de criar essa comissão, por que não os convidamos para que façam parte de audiências aqui? Porque eu acho que toma muito o tempo deles também. Eles têm seus compromissos.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** - Exatamente. Eu acho que nós deveríamos fazer o convite para que eles participassem das nossas audiências.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Através das audiências públicas.

Com a palavra o Deputado Esperidião Amin.

**O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN** - Quero externar meus cumprimentos a V.Exa. e aos demais eleitos.

Eu tenho a impressão de que nós podemos ser mais rápidos, como recomenda Rui Barbosa, por V.Exa. tão bem citado, e como manda a racionalidade. Nós já temos um trabalho feito. Não estamos saindo do zero. Primeiro, temos o Código e, segundo, temos as sugestões que vieram do Senado. Acho que fazer uma nova comissão... Para quê? Para refazer o trabalho? Não acho que seria racional.

Então, com base no ponto a partir do qual nós começamos, acho que se poderia estabelecer uma forma racional de pessoas que venham aqui para adicionar ou retificar. E que as indicações sejam em número equânime, por partido, por representação política ou por número de participantes na Comissão. Por exemplo, meu partido tem dois participantes na Comissão. Nós podemos designar um — entre aspas — “notável” ou dois para vir aqui falar sobre o que já temos. Eu dispensaria uma comissão, porque o trabalho já existe.

Os Deputados Jerônimo Goergen e Esperidião Amin acertam-se nos termos da cota de um ou dois convidados para vir aqui. E perguntamos: “*Objetivamente, o*



*que você sugere? Que se adicione? Que se retire ou, como gostaria de dizer o nosso Deputado Miro Teixeira, que se expunja algo do texto?”.*

Essa é a minha sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Eu sugiro ao Deputado Eduardo Cunha, que foi quem deflagrou essa iniciativa, que, através de requerimento, por escrito, esmiúce a ideia, para que nós aqui possamos debater...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Claro, com o maior prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - ...e inclusive formatar essa possível comissão, com o número de membros e com a definição de quem serão eles.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Farei, com o maior prazer, para apresentar na próxima reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Feitos esses informes, concedo a palavra ao Relator-Geral, Deputado Sérgio Barradas Carneiro.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO** - Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, quero parabenizar V.Exa. por esta Presidência, uma feliz escolha do seu partido. Parabenizo também os Vice-Presidentes eleitos: o Deputado Vicente Arruda, meu colega de CCJ; a Deputada Sandra Rosado, a única mulher entre os Vice-Presidentes e Relatores e que vem lançar luzes sobre o nosso trabalho; e o Deputado Miro Teixeira, um querido amigo, meu mestre nesta Casa. Para mim, é uma honra muito grande estar, mais uma vez, sob os auspícios da sua sabedoria, da sua orientação. O Deputado Miro é um dos grandes amigos que fiz nesta Casa e um dos Parlamentares por quem tenho grande admiração. O Deputado Miro para mim foi uma escola, uma verdadeira pós-graduação nesta Casa. É uma tranquilidade muito grande tê-lo ao meu lado, orientando-me.

Esta é uma tarefa hercúlea, uma tarefa que muito me honra, principalmente pela forma como foi feita, com a movimentação da sociedade civil organizada — OAB à frente —, pela confiança e pela indicação do meu partido.

Portanto, eu queria aqui, Presidente, dizer aos meus colegas — conversei com muitos deles sobre o desejo de ser candidato a Ministro do TCU e vejo aqui vários com quem mantive esse tipo de contato — que a relatoria do CPC e uma



possível candidatura a Ministro do TCU são coisas incompatíveis. Eu queria, portanto, em primeira mão, dizer aos meus colegas — nós estamos sendo televisionados — que, a partir deste momento, eu devolverei ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores, a indicação como candidato, até porque foi o PT quem me deu a possibilidade de ser candidato, por uma moção unânime dos meus pares — e farei isso junto ao Líder Paulo Teixeira —, para que juntos possamos construir a melhor solução para o Brasil quanto ao nome que esta Casa irá votar para Ministro do TCU.

No mais, fico feliz pela experiência dos Parlamentares que aqui vejo, como Miro Teixeira e Esperidião Amin. A Comissão não sofrerá de monotonia. Nós vamos ter aqui a ironia, a graça e o brilho dessas inteligências.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO** - V.Exa. e o Deputado Miro. Nós vamos ter aqui grandes debates, e V.Exas. vão ajudar a agitá-los.

Eu acho que, dentre outras coisas, fui escolhido também pelo meu jeito de ser, por essa forma de querer contemporizar e fazer o trabalho sempre a muitas mãos. Fui autor da PEC do Divórcio, hoje a Emenda 66, e consegui apresentá-la e aprová-la na mesma legislatura, a legislatura passada. Isso só foi possível justamente pela forma com que consegui agregar apoio em cada etapa de tramitação daquela PEC. É com essa minha forma de ser que pretendo também exercitar esta relatoria, com o apoio de todos, não com uma relatoria única, mas com uma relatoria a muitas mãos.

Eu quero parabenizar todos e dizer que conto com cada um para que possamos servir o Brasil da melhor forma possível.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Pela ordem, como Sub-Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Efraim Filho.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a confiança a V.Exa., na designação para a Sub-Relatoria da Parte Geral, com o compromisso de trabalhar nessa parceria ao lado dos demais selecionados e do Relator-Geral, Deputado Sérgio Barradas Carneiro. Há um compromisso de que





realmente nós possamos avançar naquela que é a função precípua do legislador, que é exatamente fazer as leis, e fazê-las bem feitas.

Com V.Exa. na Presidência, tendo como Vice-Presidentes o Deputado Miro Teixeira, o Deputado Vicente Arruda e a Deputada Sandra, acredito que temos uma mescla muito interessante entre a juventude e a experiência, entre aqueles que têm uma história consolidada e reconhecida nesta Casa e aqueles que chegam com o afã de contribuir, de forma decisiva, para a modernização do nosso ordenamento jurídico.

Da minha parte, V.Exa. pode contar com total empenho e dedicação. Realmente estou imbuído dessa missão. A Parte Geral em si é muito desafiadora. É lá que estão os princípios norteadores de todo o processo. Então, iremos, sim, buscar tudo aquilo que a sociedade brasileira e a sociedade jurídica, em especial, esperam: a agilidade do processo, a celeridade, a eficácia e a efetividade das decisões judiciais de que tanto se carece hoje e principalmente a transparência no regular desenvolvimento do processo legal.

Então, dentro dessa linha de ação, conte V.Exa. com o nosso trabalho, ao lado dos Sub-Relatores, que, com certeza, terão muito a contribuir com o trabalho do Deputado Sérgio Barradas. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Muito obrigado, Deputado.

Eu cumprimento, neste momento, até para exaltar o gesto que demonstra que se trata de um homem abnegado e que, através da grandiosidade do gesto, mostra quem é, o Deputado Sérgio Barradas Carneiro, ao renunciar à pretensão de disputar, como pré-candidato, a vaga no TCU, o que dá a esta Comissão a tranquilidade necessária para saber que ele estará permanentemente voltado para o aperfeiçoamento dos trabalhos. Um trabalho dessa natureza, como Relator, de fato exige permanente atenção e presença física, tanto nas audiências públicas quanto nas reuniões, inclusive em seminários, em outros Estados.

Muito obrigado, em nome de toda a Comissão, Deputado Sérgio Barradas. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN** - Salvo se for convocado para ser Ministro. *(Risos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Com a palavra o Deputado Esperidião Amin.

**O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN** - Sr. Presidente, eu já me manifestei. Agradeço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Com a palavra o Deputado Sarney Filho. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Paes Landim. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, muito rapidamente, em primeiro lugar, quero cumprimenta-lo pela eleição e dizer que V.Exa. é um quadro do nosso partido do qual temos muito orgulho.

Cumprimento os Vice-Presidentes, o Deputado Sérgio Barradas, um excelente quadro, com quem já tivemos oportunidade de trabalhar em várias matérias. Tenho certeza absoluta de que ele dará conta de toda a relatoria, assim como os Sub-Relatores, que são pessoas experientes. Com a juventude do Deputado Efraim Filho também, já experiente e jovem, acho que teremos um grupo em condições de produzir um grande trabalho, numa Comissão de pessoas experientes.

Eu vou formalizar a V.Exa., conforme sua orientação... De qualquer maneira, vou também propor, como audiência inicial, independentemente da aprovação ou não da constituição de uma comissão de notáveis... É importante ter, na minha visão, porque nós poderemos agregar outros quadros que não participaram daquela formação e, ao mesmo tempo, ter outra visão para o debate. Às vezes, as audiências públicas podem se estender por muito tempo, e a Comissão pode talvez produzir rapidamente, pelo exercício do debate, mais sugestões para o Relator e os Sub-Relatores do que se esperar uma audiência pública para daqui a 4 meses, na qual nem todos os membros poderão estar presentes. Enfim, poderemos não ter a efetividade e a eficiência que gostaríamos de ter.

Mas, de qualquer maneira, eu vou propor para a primeira audiência pública o próprio presidente da comissão que atuou no Senado — mesmo que aqui não se constitua uma —, o Ministro Luiz Fux, para que possa falar sobre o trabalho que foi presidido por ele no Senado e fazer uma exposição inicial para que todos possam



ter conhecimento. Eu acho que seria importante começar as audiências públicas ouvindo o próprio presidente da comissão que formatou o projeto original. Então, isso é uma circunstância. Se V.Exa. entender, farei o requerimento, para que, na próxima sessão, possa ser deliberado — se quiserem, como se está falando, pode ser verbal, com a concordância de todos nós — e feito um convite da própria Presidência para a primeira semana de trabalho. Pode constar da ata, porque isso é importante para o processo.

Cumprimento V.Exa. e agradeço-lhe a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Consignado em ata.

De pronto, acato a sugestão do Deputado Eduardo Cunha para ultimarmos os preparativos para a primeira audiência pública, com a apresentação do histórico e da retrospectiva do procedimento legislativo a cargo do Ministro Luiz Fux.

Concedo a palavra ao Deputado Jerônimo Goergen.

**O SR. DEPUTADO JERÔNIMO GOERGEN** - Sr. Presidente, penso que a sintonia de nossa Comissão já está afinada no tocante acerto sobre nomes.

Meu caro Presidente, cumprimento V.Exa., os demais Vice-Presidentes e o Relator.

Fico muito honrado de estar nesta Comissão, ao lado de Esperidião Amin, uma figura da qual muito me orgulho. Tenho dito, de maneira incansável, que S.Exa. é um mestre e um orientador de todas as ações nesta Casa.

Tenho uma incumbência muito honrosa. Foi a minha primeira busca de espaço quando nesta Casa cheguei. Conversei a respeito com o Presidente Marco Maia ainda no mês de março, porque tenho a formação jurídica, embora não tenha conseguido atuar muito. Comecei na política muito cedo, mas me orgulho muito da profissão de advogado, que herdei de meu pai. Aliás, eu gostaria de registrar uma homenagem a ele, porque aqui estou pelo legado que ele me transmitiu.

O conhecimento que quero buscar vai ter o respaldo importante do grupo de juristas que provavelmente integrará esse grupo. Registro, por orientação do Governador Esperidião Amin, os nomes de João Henrique Blasi e Norberto Ungaretti, catarinenses. Para este momento, tenho contado com o apoio de Cláudio Lamachia, Presidente da OAB do Rio Grande do Sul; do Dr. Cláudio Cunha e, de maneira muito especial, do Dr. Daniel Mitidiero; de Carlos Alberto Álvaro de Oliveira;



Guilherme Rizzo Amaral; Guilherme Nassim; Luiz Marinoni e Sérgio Arenhart. Eles estarão ao nosso lado no Livro de que sou o Sub-Relator. Inclusive, recebam o livro que se encontra sobre a mesa. Foram eles os maiores incentivadores para que buscássemos esse espaço.

Dessa forma, quero dizer que me empenharei o máximo de maneira a atingir a expectativa da sociedade brasileira no trabalho que juntos faremos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Vicente Candido.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO** - Sr. Presidente, parabenizo V.Exa., o Deputado Sérgio Barradas Carneiro e todo o corpo diretivo desta Comissão. V.Exa. é um Deputado de primeiro mandato, mas já demonstrou competência, capacidade de articulação e conhecimento jurídico, o que hoje é coroado com essa função muito honrosa para todos nós.

Esta Casa já votou este ano o Código Florestal, institui agora a Comissão do Código de Processo Civil, daqui a 15 dias vai instalar a Comissão do Código Comercial e tem uma Comissão que revê as políticas criminais.

Esta Legislatura poderá ser marcada na história desta Casa como a Legislatura dos Códigos. Isso será muito importante, porque se trata de legislações difíceis, mais abrangentes para se consolidar num processo social. Portanto, a responsabilidade desta Comissão é diferenciada, e todos torcemos para fazer um grande trabalho.

Quero concordar com a não necessidade de haver uma comissão de juristas, até porque esta já é uma proposta de juristas, mas o debate nunca é demais. Ouvir entidades que não tiveram condições de participar mais interativamente desse processo, abrir o debate, o que é muito próprio da Câmara dos Deputados, também deve ser uma linha a ser seguida. Não podemos deixar de lado nenhuma contribuição, nenhuma apreciação daqueles que julgam e que demandam a área do Direito no Brasil.

Tenho certeza de que esta Comissão dará conta do recado e engrandecerá o Congresso Nacional.

Parabéns!



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Muito obrigado, Deputado Vicente Candido.

Concedo a palavra ao Deputado Hugo Leal.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Sr. Presidente, cumprimentando V.Exa., cumprimento os Srs. Vice-Presidentes, o Sr. Relator e os membros da Comissão. Todos têm os conhecimentos necessários para enfrentar essa matéria.

Inicialmente, quero destacar a primeira iniciativa de trabalho da Comissão: o convite ao Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, que foi, com certeza, o balizador deste trabalho.

Quero agradecer a V.Exa. a indicação para uma matéria extremamente delicada, complexa, os Recursos, a última parte do Código de Processo Civil, encargo que recebo com bastante responsabilidade e empenho, para trazer o melhor resultado a esta Comissão.

A despeito de o Presidente Marco Maia ter manifestado que existe um prazo limitado para a entrega de nossos trabalhos, o que é algo importante para esta Casa, diferentemente do Senado, que representa os Estados — nós representamos a população —, é importante que este Código tenha o perfil e a representação da sociedade. Não vai na minha fala nenhum contraponto ao que foi discutido no Senado, mas nesta Casa há maior debate das ideias. Até pela quantidade de Parlamentares, temos a oportunidade de fazer um debate mais amplo. É o que eu espero, não em detrimento do prazo, mas um debate mais amplo, ouvindo os integrantes da sociedade, principalmente advogados militantes.

Essa não pode ser uma reforma do advogado nem do Judiciário. Tem de ser uma reforma da sociedade. O que é melhor para a sociedade? O que tem de balizar nosso trabalho — é óbvio que também o tempo — é o equilíbrio. Esta Casa representa a sociedade, as pessoas, os demandantes. Temos que ver a celeridade na prestação da justiça, mas também que uma boa justiça seja prestada.

Esse é o principal foco de nossa preocupação, independentemente, repito, do prazo, das manifestações que já existiram na entrega desse resultado. Devemos ter muito cuidado para, diante da premência do tempo, não suprimir a oitiva de pessoas que estão militando no dia a dia, que vão buscar o acesso à Justiça; não dos que



usam da chicana forense para se beneficiar, mas daqueles que efetivamente necessitam de justiça.

Sr. Presidente, aproveito para registrar a alegria de estar nesta Comissão, presidida por V.Exa., advogado, jurista, formado pela UERJ, uma das principais universidades do País, sem desmerecer as outras que existem no Brasil. Sou do Rio de Janeiro, assim como os Deputados Miro Teixeira e Eduardo Cunha. Sabemos muito bem o nível e a qualidade da UERJ e de seus professores. Salvo engano, o próprio Ministro Fux foi, durante anos, professor da UERJ. São advindas da UERJ muitas cabeças pensantes, iluminadas, que ajudaram nos Códigos de Processos Civil e Penal e no Código Civil. Sei que V.Exa., pela sua experiência de advogado militante, às vezes com ênfase na área penal, tem muito a colaborar, pois entende essa necessidade. Não que tenhamos que disputar a reforma do Judiciário ou a reforma do advogado. A reforma é da Justiça, da sociedade. O que é melhor? Não é para facilitar a vida dos operadores, mas da própria sociedade.

Era o que queria deixar registrado.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Muito obrigado, Deputado Hugo Leal.

Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, é para uma proposta formal.

Há muitos projetos de alteração do Código de Processo Civil em tramitação na Casa. Há até projeto pronto para a Ordem do Dia. Devemos pedir que sejam pensados ao projeto que temos sob exame, do Código de Processo Civil.

Se houver algum embaraço em relação aos que estiverem prontos para a Ordem do Dia, pedirmos que venham com cópia e o consequente sobrestamento da tramitação, até que esta Comissão conclua os seus trabalhos e que o projeto daqui resultante vá ao exame do Plenário.

Então, que a Comissão requeresse o apensamento desses projetos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Sabendo de antemão que será aprovado, solicito a V.Exa. que apresente por escrito o requerimento.



**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Acredito que possamos, nessas circunstâncias, fazer constar da ata, e, com base na ata, a velocidade aumenta. Já é feito o ofício com base no assentimento da Comissão, que constará da ata. Claro que eu posso fazer. Aliás, o Dr. Tancredo Neves, sempre que alguém dava uma ideia, ele encarregava o autor da ideia de redigi-la, porque queria ganhar tempo. Mas, como o nosso caso é diferente, podemos nos valer dessas formalidades — são formalidades —, porque constará em ata, depois da deliberação da Comissão. Com isso, superamos uma etapa. Já é feito diretamente o ofício ao Presidente da Casa. Se o Presidente aceitar, poderemos fazer assim; senão, submeto-me ao Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Vou insistir, Sr. Deputado, em solicitar sua compreensão para que façamos o requerimento, com vistas à ordenação dos trabalhos.

**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Então, eu faço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Concedo a palavra à Deputada Sandra Rosado, 3ª Vice-Presidente.

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** - Obrigada.

Vou ser bem rápida.

Quero, primeiro, agradecer ao meu partido a indicação e, depois, destacar a surpresa que tive de ser a única mulher indicada para fazer parte desta Comissão.

Agradeço a deferência com escolha de meu nome para a 3ª Vice-Presidência. Recebo isso não com orgulho, mas com muita humildade e com o compromisso de trabalhar muito nesta Comissão.

Também peço desculpas ao meu colega Sérgio Barradas Carneiro. Estava havendo uma reunião da bancada feminina e tive que sair, mas ainda ouvi suas referências. Agradeço a S.Exa.

Não vou tratar de nenhum assunto referente a esta Comissão. Posteriormente, eu o farei. Na verdade, quero apenas agradecer. Tenho esta distinção como uma deferência muito especial às mulheres que mereciam ter uma presença mais significativa aqui. Vou procurar fazer da melhor forma possível.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Muito obrigado.



Foi iniciada a Ordem do Dia no plenário da Casa, com iminência do início do processo de votação. Sou obrigado, então, a encerrar a sessão.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, só para esclarecer, perdoe-me: como ficou a questão do cronograma?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Fabio Trad) - Quartas-feiras, à tarde.

Convoco reunião para o próximo dia 14 de setembro, às 14h30min, para tratar dos seguintes assuntos: votação de requerimentos e definição dos roteiros de trabalho.

Está encerrada a reunião.